

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 20 – 2017
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

O filme “São Bernardo” de Leon Hirszman **Reflexões acerca da construção das subjetividades no capitalismo**

Natália Cerri¹

Patrícia Maeda²

Introdução

O filme “São Bernardo” (1972) é um feliz encontro de dois intelectuais sensíveis às questões sociais: o escritor Graciliano Ramos e o cineasta Leon Hirszmann. O filme recebeu diversos prêmios³ e foi um enorme sucesso de crítica, ainda que não tenha se revertido em sucesso de público. Em 2015 entrou na lista dos 100 melhores filmes brasileiros de todos os tempos da Associação Brasileira de

¹ Assistente Social, doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas. Membro do Núcleo de Estudos do Trabalho da Universidade Federal do ES.

² Juíza do Trabalho Substituta do Tribunal Regional do Trabalho da 15^o Região. Mestre e Doutoranda em Direito do Trabalho pela Faculdade de Direito de São Paulo. Pesquisadora do Grupo de Pesquisas Trabalho e Capital (GPTC-USP).

³ Recebeu os seguintes prêmios: a Melhor Adaptação Literária da Embrafilme; a Margarida de Prata pela CNBB; Prêmio Air France nas categorias Melhor Filme Nacional, Melhor Diretor (Leon Hirszman), Melhor Atriz (Isabel Ribeiro) e Melhor Ator (Othon Bastos); Prêmio INC nas categorias troféu “Coruja de Ouro” de Melhor Direção (Leon Hirszman), Prêmio Adicional de Qualidade, Melhor Atriz Coadjuvante (Vanda Lacerda) e Melhor Cenógrafo e Figurinista (Luís Carlos Ripper); no Festival de Gramado, o longa foi reconhecido nas categorias Melhor Fotografia (Lauro Escorel) e Melhor Ator (Othon Bastos); Prêmio APCA nas categorias Melhor Diretor (Leon Hirszman), Melhor Roteiro, Melhor Atriz (Isabel Ribeiro), Melhor Figurinista (Luís Carlos Ripper) e Melhor Ator Coadjuvante (Nildo Parente). Fonte: <http://tvbrasil.ebc.com.br/ciclos-de-cinema/episodio/sao-bernardo>. Acesso em: 16/3/2017.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 20 – 2017
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Críticos de Cinema (Abraccine)⁴. A relevância de São Bernardo para a compreensão das relações de trabalho no Brasil está sobretudo nas pistas que o drama nos dá sobre a persistência do arcaico na pretensa modernidade brasileira sob diversas perspectivas. Com vistas a uma melhor compreensão do drama, nosso estudo apresenta como pontos de partida os contextos históricos de seu escritor e de seu diretor. Em seguida, abordamos questões pontuais escolhidas dentre as várias possibilidades de se analisar o drama e suas personagens.

1. São Bernardo de Graciliano Ramos

Graciliano Ramos (1892-1953), nascido em Quebrangulo/AL, passou a infância no sertão nordestino. Antes de ser escritor, atuou como jornalista, foi eleito prefeito de Palmeira dos Índios/AL e vivenciou o sofrimento do povo nordestino, o que marcou profundamente sua obra. Esta se destaca ao representar literariamente as contradições da luta de classes fora das fábricas e sem perder a “perspectiva dos perdedores” (BRUNACCI, 2008. p. 41), certamente por influência das leituras que Graciliano fez de forma autodidata da obra de Marx na juventude.

Enquanto escritores de seu tempo revelavam narrativas da história “oficial” do Brasil no início do século XX, abordando a imigração de trabalhadores para dar conta da demanda de força de trabalho, com atenção especial à incipiente industrialização no eixo Rio-São Paulo, Graciliano nos provê dos elementos mais concretos da questão agrária e da rusticidade das relações sociais, em especial as de trabalho, no espaço do Nordeste brasileiro. Em carta a um editor argentino em 1937, o próprio escritor teria esclarecido (MORAES, 2012):

Os dados biográficos é que não posso arranjar, porque não tenho biografia. Nunca fui literato, até pouco tempo vivia na roça e negociava. Por infelicidade, virei prefeito no interior de Alagoas e escrevi uns relatórios que me desgraçaram. Veja o senhor como coisas aparentemente inofensivas inutilizam um cidadão. Depois que redigi esses infames relatórios, os jornais e o governo resolveram não me deixar em paz. Houve uma série de desastres: mudanças, intrigas, cargos públicos, hospital, coisas piores e três romances fabricados em situações horríveis – Caetés,

⁴ Fonte: <https://abraccine.org/2016/09/04/abraccine-lanca-100-melhores-filmes-brasileiros-no-festival-de-gramado/>. Acesso em: 16/3/2017.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 20 – 2017
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

publicado em 1933, S. Bernardo, em 1934, e Angústia, em 1936. Evidentemente, isso não dá para uma biografia. Que hei de fazer? Eu devia enfeitar-me com algumas mentiras, mas talvez seja melhor deixá-las para romances.

Como pensar o lugar e o tempo em que Graciliano se baseou para sua obra? Pensar o Brasil no começo do século XX é também perquirir sobre como se deu a transição do Brasil colônia, passando pelo Império, para a República e concomitantemente do trabalho escravo para o trabalho livre. Como propugna Octávio Ianni (1992, p. 108), “a história da questão social no Brasil pode ser vista como a história das formas de trabalho”.

O Brasil colônia se constituiu efetivamente como uma empresa capitalista de produção de commodities para a metrópole Portugal, portanto, com vistas ao mercado externo, calcada sobre o trabalho escravo. Nesse sentido, Caio Prado (2014) afirma que:

A colonização brasileira e a ocupação progressiva do território que formaria o nosso país constituíram sempre, desde o início, e ainda é essencialmente assim nos dias que correm, um empreendimento mercantil. (...) O essencial da estrutura agrária brasileira legada pela colônia se encontrava assim como que predeterminada no próprio caráter e nos objetivos da colonização. A grande propriedade fundiária constituiria a regra e o elemento central e básico do sistema econômico da colonização, que precisava desse elemento para realizar os fins a que se destinava. A saber, o fornecimento em larga escala de produtos primários aos mercados europeus.

No século XIX, a ideia de modernidade no Brasil aparentemente baseava-se na abolição da escravatura e na proclamação da República. No entanto, esses dois fatos históricos, porquanto aparentassem a construção de uma população livre, fizeram parte de um processo de lenta transição do trabalho escravo para o trabalho livre e não foram suficientes para a construção de uma sociedade igualitária. A sociabilidade capitalista no país era muito rígida e marcada, conforme Adalberto Cardoso (2010):

na desqualificação do negro e do elemento nacional como trabalhadores aptos à lide capitalista; na degradação do próprio trabalho manual como uma condenação, indigno senão de seres degradados; no encastelamento da elite econômica em suas posições de poder, temerosa das maiorias despossuídas (e desarmadas), vistas como inimigos potenciais e tratadas com violência desmedida quando se afirmavam na cena pública; na permanência, por isso mesmo, de uma estrutura de dominação que rebaixava a mínimos vitais as expectativas de recompensa dos mais pobres, num ambiente em que a pobreza generalizada era o parâmetro de toda recompensa.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 20 – 2017
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Assim, as mudanças determinadas pela elite brasileira, justamente por não envolver a participação de todos os setores da sociedade, não visavam a uma modernidade no sentido de uma sociedade mais igualitária. Ao contrário, buscavam a manutenção de privilégios de uma elite com a exploração dos pobres, sem qualquer quebra nessa lógica. Essa condição fica agravada no cenário rural nordestino, em que as relações de trabalho expressavam mais claramente as formas de coerção extra-econômica.

Graciliano Ramos vivenciava e se opunha ao coronelismo nordestino e em sua obra buscava dar visibilidade às classes desfavorecidas, revelando a estrutura social que o circundava. Em linhas gerais, *São Bernardo*, publicado em 1934, apresenta a histórica coexistência de arcaicas e modernas, como analisa Brunacci (2008, p. 41):

Penso, por exemplo, na propriedade latifundiária de São Bernardo e na figura de Paulo Honório como seu instituidor. Em seu período de apogeu. A fazenda funciona tal e qual o Brasil: relaciona-se com instituições comerciais nacionais e internacionais nos melhores moldes de uma empresa capitalista; mas as relações em seu interior – aquelas entre o proprietário e seus empregados – mantêm o caráter arcaico da economia pré-capitalista. Tal país, tal propriedade: enquanto temo uma nação plenamente inserida no mercado mundial – mesmo que subalternamente –, no processo de produção do mercado interno predominam o atraso das relações sociais e a espoliação.

Sobre Paulo Honório, Brunacci (2008, p. 146) afirma que ele é um modernizador, ou seja, “a representação do sucesso do projeto burguês da sociedade: dinâmico, realizador, com tino para os negócios, ascende de uma quase indignância à condição de proprietário.” A (in)conciliação entre as personagens de Paulo Honório e Madalena revela a contradição entre o mundo alienado e aqueles que lutam contra a alienação.

Ambos são “heróis problemáticos”, embora de naturezas diferentes. Aquele, em seu papel de modernizador, choca-se com o mundo semifeudal estagnado do Nordeste brasileiro, mas não renuncia completamente a seus valores. Aquela, portadora do sonho de construção de uma comunidade humana autêntica, fundada nos valores da fraternidade e da solidariedade, choca-se com os limites carcerários do “pequeno mundo” e, ao constatar a impossibilidade de viver autenticamente em um mundo inautêntico e alienado, mata-se.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 20 – 2017
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Graciliano, por isto, denuncia o processo de desumanização do ser humano dentro do sistema capitalista, da perspectiva do Regionalismo nordestino, uma narrativa diversa de outros modernistas influenciados pela industrialização sulista nos agitados anos 1930 e que marca profundamente as relações sociais no Brasil. Daí a riqueza do romance *São Bernardo*, considerado um marco da literatura nacional da segunda fase do Modernismo brasileiro.

2. *São Bernardo* de Leon Hirszmann

Leon Hirszman (1937-1987) foi militante estudantil fundador do Centro Popular de Cultura (CPC) ligado à UNE (União Nacional dos Estudantes) e um dos expoentes do Cinema Novo brasileiro. Em 1965 refugiou-se no Chile em razão da repressão política. Para viabilizar a filmagem de *São Bernardo* em plena ditadura militar, Leon Hirszman negou a existência de um roteiro, alegando que utilizava apenas o próprio livro de Graciliano Ramos.

São Bernardo tornou-se, na época (a partir de 1972), um incômodo contraponto às propostas culturais do Estado, pois, sob a capa de uma homenagem aos 80 anos de nascimento de Graciliano Ramos, abriga um ataque ao sistema econômico vigente, ao Milagre Econômico do governo do General G. Médici que, naquele momento de ditadura militar (os chamados “Anos de Chumbo”, que durariam de 1969 até 1973) era louvado em uma espécie de alienação capitalista. A obra contestava humanisticamente a malha de identificação cultural que o Estado tentava construir e impor através do discurso da moderna expansão capitalista. Hirszman encontrava, com o filme, uma forma de rompê-la. Em um ponto delicado, ele apontava as mazelas das relações de classe nos anos de 1970 e expunha os efeitos da quantificação do capitalismo na consciência dos próprios capitalistas. (BOZICANIN: 2011, p. 22)

Assim, a escolha do drama para filmagem em 1971 não foi sem propósitos. Fazia parte da própria militância política de Leon, servindo de instrumento para discutir a realidade do Brasil nos anos 1970. Graciliano nos anos 1930 e Leon nos anos 1970 tinham em comum a preocupação com a questão social. Talvez este propósito tenha contribuído para que o filme seja um dos melhores exemplos de adaptação literária no cinema brasileiro.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 20 – 2017
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

O filme “São Bernardo” e o sujeito no capitalismo contemporâneo: estranhamento e novos paradigmas

O filme “São Bernardo”, nos conta a história e as relações que perpassam a vida de Paulo Honório, personagem que representa em seu desenvolvimento, a nosso ver, a transformação do sujeito social no capitalismo. Embora o contexto social da obra se pautem num Brasil a caminho da industrialização e das mudanças econômicas, o filme traz consigo o retrato do homem inserido na dinâmica capitalista, em qualquer época e em qualquer lugar, principalmente, quando o traz diretamente atrelado as relações de trabalho, como o é o personagem Paulo Honório.

Podemos entender o porquê deste retrato do sujeito imerso nas relações sociais capitalistas quando compreendemos que o romance de Graciliano pertence à primeira fase do autor, na qual ele busca conhecer melhor a personalidade humana e sua complexidade, colocando em contradição a harmonia social na qual parece viver os sujeitos; neste caso, Paulo Honório e sua subjetividade oculta, mas em constante transformação, está exposto a influência do ambiente competitivo e desumano a que estão suscetíveis os sujeitos naquele circuito.

O filme, assim como o romance, mostram através do personagem a relação de poder entre opressor e o oprimido, e o modo pelo qual este pode reproduzir estas relações, não conseguindo compreender e visualizar o mundo para além dos limites do capitalismo, onde, sob nossa perspectiva, efetivamente é possível semear relações sociais realmente humanas; em São Bernardo, esta perspectiva é representada por Madalena, esposa de Paulo Honório, a quem ele não consegue compreender e a acusa – assim como em toda história do capitalismo, na dialética entre opressor e o oprimido – de traidora, comunista e “subversiva”, por cobrar-lhe atitudes mais respeitadas e dignas com seus funcionários, praticamente escravizados em seu latifúndio.

Nesta perspectiva abordada na obra, o mundo é reduzido ao horizonte do personagem, em que o contexto reflete seu drama pessoal, sua incompreensão e sua dificuldade em ver o lado gentil, singelo e humanizado da vida e de sua dinâmica. A luta pela sobrevivência pela qual passou Paulo Honório o animaliza, coisifica, e o faz

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 20 – 2017
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

coisificar seus semelhantes da mesma forma. O desejo por uma *vida cheia de sentido* não faz sentido para o personagem, que se limita circular e vivenciar relações estritamente econômicas, pautadas na troca, na submissão e na exploração de seus semelhantes, assim como ocorreu consigo.

A história de Paulo Honório, portanto, que, numa manobra financeira, compra a grande fazenda São Bernardo, depois de trabalhar anos como caixeiro viajante, e adquirindo novas máquinas, mantendo trabalhadores quase escravizados e outras medidas ilegais para expandir sua propriedade, revela o drama daqueles que, junto com a ascensão social e as limitações que derivam da mesma, criam, paralelo a sua fortuna, um entorno hostil a qualquer tipo de transformação da sociedade, uma vez que, no capitalismo, a formação da riqueza e da vida pautada na mercadoria aponta para a deturpação da personalidade humana.

Em outras palavras, o drama de Paulo Honório nos remete a reflexão da subjetividade dos sujeitos sociais no capitalismo, por conter, claramente, elementos do *estranhamento* (*entfremdung*) – conceito tratado por Gyorgy Lukács – em seu nível mais elevado: o *estranhamento* do outro, ou seja, o fato de não se reconhecer no outro enquanto ser humano, onde, segundo seu contexto histórico, as relações de poder regem a dinâmica cotidiana de Paulo Honório e é “vista por dentro”.

Numa perspectiva real do *estranhamento*, o outro só é valorizado pela sua possibilidade de troca, de trocar algo ou a si mesmo enquanto mercadoria; o outro subordinado, o trabalhador, não é reconhecido enquanto ser humano dotado de necessidades, desejos e sonhos. O outro é apenas um instrumento para a acumulação de riqueza, objetivo que determina o funcionamento do capitalismo, como percebemos nos diálogos de Paulo Honório com seus funcionários: “*Tá se metendo a besta seu safado? Vá trabalhar seu vagabundo!*”

Sob a perspectiva de nossa análise, que compreende o capitalismo como um modo de produção e de relação social que se pauta pela exploração do homem pelo homem, tendo na formação da riqueza apropriada seu pilar é que podemos desenvolver a reflexão acerca do processo de *estranhamento* presente no círculo do

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 20 – 2017
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

personagem, e nos possibilita refletir, a partir das transformações do capitalismo atual e da nova configuração da classe trabalhadora que vem se formando nas últimas duas décadas, o modo pelo qual as relações capitalistas e sua ideologia tem adentrado na construção subjetiva dos trabalhadores – a exemplo daqueles que tem se arriscado no empreendedorismo – e complexificado o processo de estranhamento em nossa sociedade.

Sobre ideologia, alienação e estranhamento

Em primeiro lugar, é importante aclarar que os fenômenos ideológicos são os responsáveis por nutrir, no capitalismo, o processo de alienação e estranhamento. A ideologia, como aqui entendemos, segundo a perspectiva lukasiana-marxista, baseia-se na disseminação de discursos, pautados na subordinação e exploração do trabalhador, que, embora de modo camuflado, objetiva abrir espaço para um projeto social capaz de minimizar e burlar os conflitos sociais.

Refletindo a partir de autores que estudaram a fundo este fenômeno e que são capazes de nos oferecer uma crítica contextualização deste complexo fenômeno, de modo que entendamos as relações em São Bernardo, é válido destacar que tanto Karl Marx como Gyorgy Lukács partem de uma concepção ontológica para se compreender o fenômeno da ideologia. Sob este prisma, o trabalho, como atividade humana principal para o desenvolvimento do ser social e das relações sociais é central, e revela a capacidade que os sujeitos têm de produzir o mundo e a consciência social que rege suas próprias relações. É através do trabalho que o homem se humaniza, ou deveria ser humanizado.

A ideologia, por isto, é compreendida como um momento da consciência social, que tem na práxis social – na atividade trabalho – seu ponto de partida e seu ponto de chegada, fenômeno inerente a necessidade dos sujeitos de emitir respostas as dificuldades e aos conflitos que surgem da vida em sociedade.

Para Lúkas (2012) sua característica distintiva reside na função que exerce dentro de uma determinada sociedade, em um determinado contexto histórico. É a função social que determina se algo se torna ou não uma ideologia e o movimento da

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 20 – 2017
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

reprodução social, dotados de contradições, sujeitam o fenômeno e o caracteriza como um processo em constante movimento, que é ou deixa de ser ideologia, de acordo com a realidade, pois os conflitos, por serem contraditórios, também não são fixos, de onde emergem a necessidade de novas ideologias. (CERRI, 2016)

Assim, sua função social, sob este ângulo conceitual, pressupõe uma formação social específica capaz de dirimir (e também dissimular) os conflitos, dotado de um projeto destinado a conformar os sujeitos de acordo com as necessidades identificadas no cotidiano da vida social, mas que, por tratar-se de ideologias, *“pressupõe estruturas sociais nas quais distintos grupos e interesses antagônicos atuam e almejam impor esses interesses à sociedade como um todo como seu interesse geral (...) O surgimento e disseminação de ideologias se manifestam como a marca registrada geral das sociedades de classes.”* (LUKÁCS, 2013.p. 472)

Por este motivo, para que a ideologia tenha efeito prático, é necessário que atinja os sujeitos os quais se destina seu projeto social, em busca do apaziguamento dos conflitos, para que os mesmos se adéquem em conduta e ações ao que está proposto, em determinado momento histórico, segundo os interesses de um grupo e/ou classes.

A ideologia constitui-se uma forma pela qual se apreende o mundo, sobretudo, pela interiorização de suas representações na vida cotidiana. Neste sentido, a necessidade de apreensão do mundo a partir da realidade explicada por um dado grupo social é a esteira para a conformação das subjetividades dos sujeitos, segundo um projeto de sociedade que busca legitimar as relações sociais, onde, no atual contexto (e de todo capitalismo como modo de produção) regem a lógica da mercadoria e da reprodução do valor.

Esta realidade também é presenciada, como veremos mais adiante, na trajetória do personagem Paulo Honório, que, vivendo numa sociedade de classes onde o latifúndio é sinônimo de poder e riqueza, teve sua subjetividade moldada segundo esta visão de mundo, fato que o fez capaz de assassinar seu semelhante e agir, várias vezes, de modo ilegal em nome da propriedade, embora muito antes, ele

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 20 – 2017
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

também tivesse sido um trabalhador, explorado e humilhado, como revela na narrativa.

É sob este prisma, baseado na complexificação de ideologias e visões de mundo do opressor para o oprimido, que se torna possível investigar, a formação de processos de *estranhamento* (LUKÁCS, 2013) como abordado no tópico acima. O *estranhamento* destaca-se como um momento específico do processo de alienação⁵, oriundo das relações sociais estabelecidas pelos homens e que se constitui enquanto tendência nos efeitos da divisão capitalista do trabalho.

O desenvolvimento das capacidades humanas, historicamente efetivado no capitalismo, implica contraditoriamente, a desrealização das individualidades, a realização estranhada em relação às potencialidades do gênero humano. Por isto, o processo em que o ser social, através do trabalho, cria os elementos e instrumentos para suprir suas carências, sob determinadas relações sociais, pode não representar um verdadeiro desenvolvimento da subjetividade dos sujeitos, considerando que o trabalho e as relações dele inerentes é o elemento decisivo para constituição das subjetividades.

No processo de trabalho, onde emerge ontologicamente o fenômeno da alienação, sob dadas relações sociais, se tem a incompatibilidade do progresso das capacidades humanas com progresso da personalidade humana, posto que, no capitalismo, o desenvolvimento do trabalho é algo exterior e estranho aos sujeitos, elementos do qual ele não se apropria, e quando se apropria, o faz de acordo com a lógica da acumulação. Este fato aponta de onde emerge o estranhamento, como retroação da alienação sobre os sujeitos. (LÚKACS, 2013, p. 584)

[...] onde a multiplicação das atitudes e capacidades humanas induzidas pelo desenvolvimento das forças produtivas não é acompanhada

⁵ Importante ressaltar que, a alienação em Marx, corresponde ao processo de objetivação do trabalho, ou seja, em todo trabalho e em toda sociedade há processo de alienação, pois, o homem (em seu sentido genérico) quando trabalha dá de si ao objeto de seu trabalho, passa um pouco de si para aquele objeto, se objetiva nele. O processo *de estranhamento*, no entanto, pode ser considerado como um momento deste processo de objetivação do trabalho, em que os sujeitos, desprovidos de seus meios de produção, vendem sua única mercadoria – sua força de trabalho – em troca de um salário, e se afastam do produto de seu trabalho, que já não lhes pertencem. Deste modo, não se reconhece em seu trabalho, não se reconhece no outro e não se vê como ser humano, sensível e dotado de necessidades.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 20 – 2017
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

de uma autoafirmação da personalidade: a multiplicação das qualidades do sujeito funciona, neste caso, para a reprodução de um sistema cuja lógica escapa a de uma verdadeira exteriorização do sujeito cujas energias estão *confiscadas* por objetivações estranhas as suas necessidades profundas. (TERTULIAM, 2004.p.08)

Percepções sobre Paulo Honório e a subjetividade do sujeito no capitalismo

A partir desta breve explanação sobre o papel da ideologia e a complexidade do do *estranhamento* podemos lançar algumas reflexões acerca da subjetividade dos sujeitos no capitalismo, tendo como base a figura de Paulo Honório, que em suas falas revela suas angústias, e uma subjetividade em parte reprimida e em parte transformada, bem como, já ao fim da obra, um reconhecimento de seu fracasso enquanto ser humano verdadeiramente humanizado.

Aqui, é importante frisar que consideramos a subjetividade humana “*composta por ‘mente e corpo’ que, de modo indissociável, constituem a individualidade social*”. (ALVES, 2011. p. 129) De acordo com o próprio personagem Paulo Honório, em fala na obra:

Até os 18 anos, gastei muita enxada ganhando cinco tostões por doze horas de serviço. Aí pratiquei meu primeiro ato digno de referência: numa sentinela que acabou em furdunço, abriguei a Germana, cabritinha danadamente assanhada e arrochei-lhe um beliscão retorcido na polpa da bunda. Ela ficou se mijando de gosto. Depois colocou os quartos de bando e ingeriu-se com João Fagundes. O resultado foi arrumar uns cocorotes na Germana e esfaquear o João Fagundes. Então o delegado de polícia me prendeu. Tomei uma surra de cipó de boi, tomei cabacin e estive de molho por três anos, nove meses e quinze dias na cadeia, onde aprendi leitura com Joaquin sapateiro que tinha uma bíblia miúda dos protestantes.

A trajetória de Paulo Honório não é diferente da dinâmica cotidiana de muitos trabalhadores, que, explorados em nome de sua própria sobrevivência, tem de acostumar-se com um tratamento hostil e indiferente as suas próprias necessidades enquanto *humano*, sendo animalizados por seus superiores. No contexto da obra de Graciliano, esta relação hostil era muito evidente devido as estratégias “grosseiras” da burguesia para manter seus lucros.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 20 – 2017
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Desde suas raízes, no capitalismo, os trabalhadores e trabalhadoras são vistos e tratados como coisas, animais sem vontade própria, apenas instrumentos para o aumento da riqueza alheia. De acordo com MARX (2010, p.80):

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral.

Além disto, nesta mesma época, a classe trabalhadora, sobretudo rural, não tinha seus direitos assegurados, dados que a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) só foi promulgada em 1943 e se dirigia apenas aos trabalhadores urbanos, e a democracia no Brasil ainda era (e continua sendo) um horizonte muito distante. Assim, o poder latifundiário e as relações daí decorrentes pautavam o modo de vida da sociedade, a educação, a economia, a religião e os costumes mais enraizados. Paulo Honório, não diferente, teve sua subjetividade influenciada a partir dessas relações, tendo em suas metas o vislumbre de tornar-se um latifundiário e agir como tal.

Sob este prisma, é possível lançar a reflexão acerca do papel da ideologia capitalista, ainda que arcaica naquele contexto histórico, sobre os sujeitos. Faz presente nesta dinâmica o poder influente do modo de vida burguês nos anseios dos trabalhadores, o modo de pensar do opressor reproduzido no sujeito oprimido, que, tomado pela ideologia dominante, a reproduz em seus atos e estabelecendo-se como ser humano *estranhado*, distante de sua própria humanidade, e por isto, incapaz de apreender as necessidades do outro enquanto humano.

Nesta análise buscamos frisar a origem do personagem, antes trabalhador explorado, para além da condição a qual ele se mantém durante todo o filme. Paulo Honório, como ele mesmo lembra “*sofri sede e fome, dormi na areia dos rios secos, briguei com gente com fala aos berros, e efetuei transações comerciais de armas engatilhadas*” também enfrentou a miséria de ser um trabalhador até tornar-se um

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 20 – 2017
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

proprietário de terras, e, inundado pela euforia do lucro, pela ideia do latifúndio como fonte de poder, não admitia perder sob nenhuma hipótese: “*serviço é serviço, aqui não se bebe. Só bebe convidados!*”

Assim, é possível dizer que o estranhamento em Paulo Honório, complexificado pelas formas brutais de trabalho as quais ele fora submetido e que o afastou do próprio sentido de sua atividade, o faz não reconhecer-se no outro, em sua relação com outros seres humanos, não reconhecendo, assim mesmo, o trabalho de seus subordinados.

Esta dinâmica também se expressa na forma pela qual Paulo Honório busca e se relaciona com Madalena, sua esposa. Madalena é vista, apenas e somente, como progenitora, um meio pelo qual o personagem pode fortalecer seu *status* diante da sociedade – por casar-se segundo a lei da religião católica – e uma forma de perpetuar seu nome e sua fortuna, uma vez que um suposto filho poderia continuar a acumular e aumentar sua riqueza. Madalena, portanto, é repetidamente coisificada por seu marido, um objeto a ser utilizado.

Sua esposa não possui desejo, nem vontade, nem opinião. Madalena, quando opina, é difamada pelo protagonista, acusada de frágil e comunista, algo muito comum, inclusive no contexto do capitalismo brasileiro atual, quando se critica a coisificação e exploração dos trabalhadores. A religião, inclusive, contribuía para a reprodução destas relações rasas e superficiais, pautadas no poder e no latifúndio. A religião era – e continua sendo, se observarmos com atenção – um meio de dominação e perpetuação da desigualdade e do capital como modo de produção e relação social.

A coisificação de Madalena, portanto, e sua relação estranhada com este ser humano tão próximo, fica evidente nas falas de Paulo Honório sobre seu desejo do matrimônio:

Naquele dia amanheci pensando em casar, foi uma ideia que meio veio sem que nenhum rabo de saia me provocasse. Não me preocupo com amores, já devem ter notado. E sempre me pareceu que mulher é um bicho esquisito, difícil de ser governado. Não me sentia, pois, inclinado para

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 20 – 2017
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

nenhuma, o que eu sentia era o desejo de preparar um herdeiro para as terras de São Bernardo.

Neste circuito, entretanto, podemos afirmar que Madalena é quase uma personagem simbólica, que apresenta o contraponto a Paulo Honório de uma subjetividade menos influenciada pelas ambições econômicas, mais humanizada, capaz de enxergar a si e ao outro; uma personagem crítica, empática, sensível, mas que, consumida pelo modo de vida de um capitalista ávido por lucros e completamente aquém das necessidades de seus semelhantes, vê-se inclinada ao suicídio. O capital, assim, constitui-se como sistema de controle sociometabólico, pois:

Ora, o mundo burguês é um mundo de objetos, “objetos” que se tornaram “coisas”, isto é, coisas- mercadorias que são “fetiches”, “fetiches” que são representações imagéticas que se impõem como coerção exterior a individualidade de classe”. (ALVES,2011. p. 135)

Do mesmo modo, para os trabalhadores de São Bernardo, os objetivos econômicos do personagem e sua ânsia de realizá-los a qualquer custo era visível e questionada, sobretudo pelo personagem Padilha, o verdadeiro herdeiro das terras São Bernardo, a quem Paulo Honório deu péssimos conselhos e depois o envolveu em dívidas, de modo a tomar-lhe tudo, transformando-o em seu próprio empregado.

Por fim, somente o suicídio de Madalena – a morte daquela que Paulo Honório considerava frágil e encrenqueira, mas que o questionava a respeito de sua (des) humanidade – é capaz de lançar-lhe reflexões e fazê-lo contestar a si mesmo e a sua relação com o mundo. A perda do *outro humano*, em verdade, o faz contestar sua relação consigo mesmo, observando-o a si naquele momento como sujeito e humano, e não como uma máquina de fazer lucros, desprovido de sentimentos.

Faz dois anos que Madalena morreu, dois anos difíceis. Sou um homem arrasado, mas, gozo perfeita saúde (...) de que adianta haver criancinhas, Madalena não estaria aqui para mandar-lhes remédios. Os homens e mulheres seriam animais tristes. Bichos, as criaturas que me serviram durante anos eram bichos. Havia bichos domésticos como Padilha, bichos do mato como Casimiro Lopes, e muitos bichos para serviço do campo, bois mansos. Coloquei-me acima da minha classe, creio que me elevei bastante (...) os manuais da agricultura e pecuária que forneceram a essência da minha instrução, não me tornaram melhor do que eu era quando arrastava peroba. Pelo menos naquele tempo, não explorava

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 20 – 2017
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

ser um explorador feroz em que me transformei (...). Hoje, não canto nem rio, penso em Madalena com insistência. Se fosse possível recomeçarmos! Para quê enganar-me? Se fosse possível recomeçarmos, aconteceria exatamente o que aconteceu. Não consigo modificar-me. É o que mais me aflige. Madalena entrou aqui cheia de bons sentimentos e bons propósitos. Seus sentimentos e propósitos esbarram com a minha brutalidade e meu egoísmo. Creio que nem sempre fui tão egoísta e brutal. A profissão é que me deu qualidades tão ruins. E a desconfiança terrível que me aponta inimigos em toda parte [...] Foi esse modo de vida que me inutilizou” [...] deve ter um coração miúdo, lacunas no cérebro, devo ter nervos diferente dos nervos dos outros homens [...] É horrível!”

Reflexões sobre a opressão de gênero em *São Bernardo*: “Mulher é um bicho esquisito, difícil de governar”.

Para além da coisificação de Madalena como extensão da própria forma como Paulo Honório enxergava as relações sociais, é possível encontrar subsídios no drama que evidenciam o caráter patriarcal arraigado na estrutura da sociedade brasileira. De pronto é possível afirmar que Paulo Honório, com a gana da acumulação, tem o mesmo sentimento de posse tanto em relação às terras de São Bernardo quanto às mulheres.

Quando inicia sua narrativa no filme, Paulo Honório nos conta sobre Germana, *cabritinha sarará danadamente assanhada*”, a quem teria arrojado um *“beliscão retorcido na popa da bunda”*, consignando tratar-se de seu *“primeiro ato digno de deferência”* aos 18 anos. Germana envolveu-se com João Fagundes e a reação de Paulo Honório foi *“arrumar uns cocorotes na Germana e esfaquear João Fagundes”*.

Nesse trecho, verifica-se *“a coisificação da mulher, que passa a representar uma res falante, com o único intuito de satisfazer os desejos sexuais masculinos”* (MEIRELLES, 2014). A própria animalização de Germana (descrita como cabra) evidencia a dominação do homem sobre a mulher, pois esta deixa de ser pessoa para se tornar propriedade de outrem. Como consequência disso, Germana não poderia se relacionar com João Fagundes, de modo que a violência e a opressão contra a mulher ficam ideologicamente justificadas. Assim, fica também naturalizada a agressão cometida contra ela (“cocorotes”), aparentando ser de menor importância em relação à agressão desferida contra João Fagundes. O desfecho imputado a Germana, que “arruinou”, é também uma forma de punição por ela ter ousado ser uma mulher livre.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 20 – 2017
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

O drama contado em primeira pessoa por Paulo Honório pode ser dividido a partir de Madalena: a vida antes e depois dela. Paulo Honório pensa o casamento como um contrato (o que de fato é), sem romantizá-lo. Como expressão do próprio patriarcalismo capitalista, ele busca no casamento uma forma de ter um herdeiro a quem destinar seu patrimônio e não a construção de uma relação afetiva. Isso fica claro no momento em que propõe casamento a Madalena, mostrando-lhe vantagens e confessadamente sem amor, e esta lhe pede um tempo. - Um ano? Negócio com prazo de ano não presta.

Paulo Honório, neste sentido, representa a visão machista que se tem sobre o lugar da esposa no casamento – submissa e sem autonomia, ela deve pedir autorização para tudo: para sair de casa, para conversar com pessoas de fora do círculo familiar, para pensar, para expressar opinião.

No entanto, como podemos observar no decorrer da obra, Madalena foge ao padrão de mulher “feita para casar”. Ela estudou e tem profissão (professora). Lê e tem visão crítica do seu entorno. Tem ideias próprias e parece carregar em si os ideais revolucionários de liberdade, igualdade e fraternidade. A profundidade de pensamento e crítica da personagem aos poucos se demonstra bastante incômoda para Paulo Honório, que se dedicou à acumulação de patrimônio, sem nenhuma reflexão moral ou intelectual.

Assim, após o casamento, Madalena não se contenta com o espaço doméstico e passa a interagir com os empregados na fazenda. Desse relacionamento, Madalena extrai a dura realidade dos trabalhadores rurais e não se conforma. Ousa interceder em benefício de Seu Ribeiro em pleno jantar, pois entende que seu ordenado é muito pouco. Paulo Honório não aceita que ela e sua tia, Dona Glória, se manifestem quanto ao salário de Seu Ribeiro, e, após berrar, complementa:

– Sem dúvida. Mas é tolice querer uma pessoa ter opinião sobre assunto que desconhece. Cada macaco no seu galho. Que diabo! Eu nunca andei discutindo gramática. Mas as coisas da minha fazenda julgo que devo saber. E era bom que não me viessem dar lições. Vocês me fazem perder a paciência.

Esse diálogo reflete o papel determinado para as mulheres: elas deveriam abster-se de emitir opinião sobre o universo masculino, o espaço público, os negócios. No máximo, Madalena pode pensar sobre gramática, mas nunca sobre a fazenda.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 20 – 2017
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Quanto ao não reconhecimento da mulher como ser completo, inclusive político, importa lembrar que o ordenamento jurídico brasileiro apenas em 1932 previu expressamente o direito ao voto para as mulheres casadas e autorizadas pelos maridos, as viúvas e as solteiras que tivessem renda própria. Estas restrições foram levantadas em 1934 e o voto e o alistamento eleitoral só passaram a ser obrigatórios para todas mulheres, observado somente o requisito da idade, como é para os homens, em 1946.

Madalena, ao expressar sua indignação quanto à forma como Paulo Honório maltratava os empregados, sai do lugar de esposa submissa – ao qual nunca pertenceu – e levanta a desconfiança de seu marido, para quem apenas uma comunista e sem religião poderia ter esse tipo de conduta. De fato, o humanismo de Madalena faz com que ela se oponha radicalmente ao mundo alienado e burguês de Paulo Honório.

Materialista. Lembrei-me de ter ouvido Costa Brito falar em materialismo histórico. Que significava materialismo histórico? A verdade é que não me preocupo muito com o outro mundo. Admito Deus, pagador celeste dos meus trabalhadores, mal remunerados cá na terra, e admito o Diabo, futuro carrasco do ladrão que me furtou uma vaca de raça. Tenho portanto um pouco de religião, embora julgue que, em parte, ela é dispensável num homem. Mas mulher sem religião é horrível. Comunista, materialista. Bonito casamento! Amizade com o Padilha, aquele imbecil. "Palestras amenas e variadas." Que haveria nas palestras? Reformas sociais, ou coisa pior. Sei lá! Mulher sem religião é capaz de tudo.

Madalena tem um filho, mas a maternidade não lhe parece um modo de vida. Essa tensão fica explicitada na cena em que Madalena e sua tia conversam com os visitantes habituais da casa, quando de repente Paulo Honório grita:

– Vão ver aquele infeliz. Isso tem jeito? Aí na prosa, e pode o mundo vir abaixo. A criança esgoelando-se!

Até então não havia qualquer menção ao filho de Madalena. Nenhuma notícia de gravidez ou do parto. O filho também é objetivado por Paulo Honório, narrador e personagem, pois sequer consta seu nome no drama, dispensando-lhe tratamento como se fosse mais uma propriedade dele.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 20 – 2017
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Deste modo, a personagem ao se revelar uma pessoa e não uma propriedade como São Bernardo, passa a ser vista como incontrolável ameaça ao sentimento de posse de Paulo Honório, que sente ciúme. Seus pensamentos giram em torno da desconfiança que começa a nutrir por todos ao redor. Desconfia que Madalena esteja se relacionando com Nogueira, o advogado; com Padilha, o professor; com Gondim, o jornalista. Passa a persegui-la, tornando-se violento e irracional. Ele dispensa o professor Padilha, que afirma “o senhor conhece a mulher que possui”, frase que lhe retira o sono. Madalena representa para ele o campo inexplorado do conhecimento e do socialismo. Ela, por sua vez, começa a emagrecer por tanto sofrimento, tanta opressão.

Se eu tivesse uma prova de que Madalena era inocente, dar-lhe-ia uma vida como ela nem imaginava. Comprar-lhe-ia vestidos que nunca mais se acabariam, chapéus caros, dúzias de meias de seda. Seria atencioso, muito atencioso, e chamaria os melhores médicos da capital para curar-lhe a palidez e a magrém. Consentiria que ela oferecesse roupa às mulheres dos trabalhadores. E se eu soubesse que ela me traía? Ah! Se eu soubesse que ela me traía, matava-a, abria-lhe a veia do pescoço, devagar, para o sangue correr um dia inteiro.

Assim como Capitu de *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, Madalena não se submete ao marido. Todavia, enquanto Capitu é abandonada na Europa, Madalena se suicida. Bentinho e Paulo Honório, ainda que cientes de sua culpa, não veem qualquer possibilidade de ter tido outro desfecho, naturalizando a condição de oprimida da mulher casada, que não bastava “*ser honesta, mas deveria parecer honesta*”, como a mulher de César.

A morte das personagens femininas nos romances pode ser interpretada como o abafamento da consciência de classes das personagens, sufocada por quem está no poder. (...) Capitu e Madalena, cientes da classe a que pertencem, sabem que essa classe não poderá desempenhar mais do que um papel subalterno nem poderá intervir na marcha da história, pois estão predestinada à passividade e, mesmo quando conseguirem um vitória acidental, estarão condenadas a uma derrota final. (OLIVEIRA; 2013, p. 307)

Além dessa perspectiva de classe, chamamos a atenção para a de gênero em ambos os casos. Nas duas histórias, o ciúme dos homens justifica toda violência física e, especialmente, moral. E a sociedade em volta dessas famílias não toma conhecimento dessas violências. Ninguém julga Bentinho ou Paulo Honório nem se

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 20 – 2017
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

perquire sobre essa possibilidade. As vítimas são invisibilizadas no espaço privado e não contam com nenhum apoio interno ou externo à família. São abandonadas à própria sorte, ou melhor, ao próprio azar...

Machado de Assis publicou *Dom Casmurro* em 1899, Graciliano Ramos publicou *São Bernardo* em 1934. A virada do século em nada modificou o significado do casamento como forma de controle da mulher e desta como parte do patrimônio do homem, expressando a relação de desigualdade dos homens sobre as mulheres, num verdadeiro abuso de poder. A violência contra a mulher resultante dessa ideologia estruturante da sociabilidade brasileira não é assunto restrito àqueles tempos históricos. Ela perdura até os dias de hoje, ainda que progressivamente tenha superado a invisibilidade e a naturalização, ensejando debates, manifestações, neologismos (“feminicídio”), políticas públicas e até mesmo tipo penal específico (Lei Maria da Penha).

Os “Paulos Honórios” do capitalismo contemporâneo: considerações acerca das novas formas de manipulação

Sem dúvidas, a obra *São Bernardo* nos oferece um mundo de possibilidades de reflexões acerca do desenvolvimento dos sujeitos inseridos nas relações capitalistas, e, embora as diferenças marcantes do contexto histórico da obra com o atual, este fato apenas revela que as aquelas relações têm atenuado características arcaicas de sua dinâmica, dando as mesmas uma feição moderna, ainda que sob novas ideologias.

Paulo Honório representa o sujeito capitalista moderno e manipulador. A história do homem trabalhador, sofrido, que enfrentou diversas humilhações e cultivava o sonho de tornar-se um capitalista (no caso do personagem, latifundiário) representa o ideário que ronda uma parcela da classe trabalhadora brasileira – e que inclui principalmente setores da “nova classe média”⁶ – que, devido ao massacre que vem sofrendo nas últimas décadas e a massiva manipulação ideológica de cunho

⁶ Importante destacar que o a discussão entorno de quem é a classe média brasileira é longa e complexa. No entanto, aqui nos referimos, principalmente, a segmentos da classe trabalhadora que tem alcançado maiores salários e acessos a bens de consumos, como carros, roupas, aparelhos eletrônicos e até viagens, a despeito de sua posição e função dentro do processo produtivo. Esta definição superficial de classe média a classifica, apenas, pelo consumo possível por estas camadas sociais.

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 20 – 2017
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

empresarial, que enaltece o discurso do sucesso como possibilidades de maior consumo, almejam alcançá-lo e reproduzir o modo de vida burguês em seu cotidiano.

Esta necessidade dos trabalhadores e trabalhadores em reproduzir o comportamento e os hábitos dos capitalistas, empresários, tem ganhado força nas duas últimas décadas com o fortalecimento do discurso empreendedor, que busca desconstruir a identidade de classe e os próprios sujeitos como trabalhadores explorados e construí-los enquanto indivíduos empreendedores, empresários, autênticos e capazes de manejar suas vidas e suas relações como uma empresa.

A expansão deste discurso tem aumentado o número de aberturas de pequenas empresas, no caso do Brasil, apoiados no Programa Federal MEI – Microempreendedor Individual – bem como, a expansão de projetos, conferências, disciplinas colegiais e universitárias, e, principalmente, palestras, cursos e demandas dentro das empresas que buscam difundir a construção do *indivíduo – empresário*, que alimentam a ânsia de alcançar o nível de consumo e padrão de vida que a classe dominante – e acreditam que isto é completamente possível – a partir do esforço e do trabalho árduo, deixando de ser, segundo seus pontos de vista, trabalhadores, e tornando-se classe média.

Assim como Paulo Honório, o que aqui chamaremos como *trabalhadores-empresendedores*, acabam por alcançar, por vezes, um melhor nível econômico, embora trabalhem sem descanso e tornem-se escravos de seu próprio trabalho, déspotas de si mesmo e de suas próprias ambições. Muitas vezes, acabam reproduzindo o modo de vida da burguesia em suas relações, ora contratando trabalhadores mais vulneráveis com menores salários, ora não se reconhecendo mais nas lutas da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, juntando-se as demandas da classe burguesa, como aconteceu nos movimentos pró- impeachment em 2016.

Da mesma forma, este novo segmento dos trabalhadores, que também incluem profissionais liberais e diversos outros trabalhadores abocanhados por esta ideologia neoliberal e desigual, tem demonstrado intolerância pelo pensamento crítico e pelas propostas de empoderamento dos segmentos marginalizados e vulneráveis na sociedade. Quem contesta o conservadorismo e a livre concorrência é titulado “comunista”, assim como o fazia Paulo Honório com o personagem mais sensível e

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 20 – 2017
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

humano de toda trama, Madalena, e coloca-se sucessível a episódios de intolerância e violência, quando não, a uma situação de demissão.

Diante destas considerações, é possível afirmarmos que, a possibilidade desta análise e a articulação dos elementos da obra com a realidade brasileira de seu contexto e atual, sem dúvidas, é a grande riqueza do pensamento de Graciliano Ramos.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Subjetividade**: o espírito do Toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

BOZICANIN, José Eduardo. **O processo transcriativo de São Bernardo de Leon**

Hirszman. Dissertação (mestrado). São Carlos : UFSCar, 2011. Disponível em:

<https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/5594/4099.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 mar. 2017.

BRUNACCI, Maria Izabel. **Graciliano Ramos**: um escritor personagem. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

IANNI, Octávio. **A idéia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

Leon Hirszman. Disponível em: <http://www.leonhirszman.com.br>. Acesso em: 25 mar. 2017.

JUSTIÇA ELEITORAL (BRASIL). **O voto feminino no Brasil**. Disponível em: <http://www.tre-es.jus.br/imprensa/noticias-tre-es/2014/Fevereiro/82-anos-da-conquista-do-voto-feminino-no-brasil>. Acesso em: 25 mar. 2017.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEIRELES, Ana Carolina Ribeiro. Análise da obra ‘São Bernardo’ de Graciliano Ramos à luz do direito da mulher. Paulo Honório e a caracterização da opressão de gênero. **JUS.com.br**. Publicado em: jul. 2014. Disponível em:

Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 20 – 2017
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

<https://jus.com.br/artigos/30484/analise-da-obra-sao-bernardo-de-graciliano-ramos-a-luz-do-direito-da-mulher>. Acesso em: 25 mar. 2017.

MORAES, Dênis de. **O velho Graça** – Uma biografia de Graciliano Ramos. São Paulo, Boitempo, 2012 (360p.)

OLIVEIRA, Larissa Cristina Arruda de. Um estudo sobre o ciúme em Dom Casmurro e São Bernardo. **Revista Entrelinhas** – V. 7, n. 2 (jul./dez. 2013).

PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira; A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 325.

São Bernardo. Filme. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=2Uu43gZZ44>